

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às nove horas, no SEP/Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar – 4ª andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil ocorreu a 20ª reunião extraordinária do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): sob a seguinte pauta: **1. Ordem do dia: a)** aprovação e assinatura da Ata da 19ª Reunião Ordinária do CRH-DF; **b)** aprovação e assinatura da Ata da 19ª Reunião Extraordinária do CRH-DF; **c)** apresentação e debate sobre a minuta da proposta de resolução da ADASA para estabelecer os volumes de referência e ações de contenção em situação de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria; e **2) Informes.** Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (SEMA), que presidiu a reunião e os seguintes Conselheiros (as): LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (1º Suplente/IBRAM); VANDETE INÊS MALDANER (2º Suplente/IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (Titular/ADASA); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA). RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB), ALINE REZENDE PEIXOTO (Titular IBAMA), MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO (1º Suplente/IBAMA), JORGE ENOCH FURQUIM VERNECK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF), ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA), TEREZIINHA LIMA (ÚNICA), DELSON DA COSTA MATOS (CBH/MA), PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES (CBH/PARANÓÁ), LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (Titular/ABES), MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES), DIRCEU SILVEIRA R. JÚNIOR (UnB) e REGINA FITTIPLADI (Fórum de ONGs). Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Participaram como convidados: Erica Yoshida de Freitas (ADASA), Magda Carvalho de Oliveira (ADASA), Cirlania Mota Alexandrino (ADASA); José Roberto Furquim da Silva (CRDRS), Sérgio Augusto de Mendonça Ribeiro (SEMA), Camila Aida Campos (ADASA), Murilo Lins Ramos e Sousa (SEMA), Dálio R. M. Filho (SEMA), Robson Rodrigues da Silva (APARD/ICMBIO), Teresa Cristina Corrêa (AGE/Sítio Alegria) e Jorge Artur (PRODESCOBERTO). Procedendo-se a segunda convocação e constatada a maioria absoluta de seus membros, o presidente do Conselho deu por aberta a 20ª reunião extraordinária do CRH-DF, procedendo com o **item 1a e 1b da pauta.** Aprovação e assinatura da Ata da 19ª Reunião Ordinária e da 19ª Reunião Extraordinária do CRH-DF. Não houve nenhum comentário ou ajuste nas Atas, ambas foram aprovadas por unanimidade e assinadas nesta reunião. Passou-se ao **item 1c da pauta:** aprovação e assinatura da Ata da 19ª Reunião Extraordinária do CRH-DF; **c)** apresentação e debate sobre a minuta da proposta de resolução da ADASA. O presidente lembrou que a pauta principal desta reunião se reporta à elaboração, pela ADASA, da minuta de Resolução para estabelecer os volumes de referência e ações de contenção em situação de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria e está realizando audiências públicas e reuniões com os entes envolvidos no sistema de recursos hídricos. A resolução prevê as medidas a serem adotadas em situação de escassez hídrica. Sabemos da importância do tema que repercute na qualidade de vida das pessoas. Temos que nos organizar de forma preventiva, sistêmica e cooperativa para agirmos em caso de escassez. Em tempos de mudanças climáticas, onde a disponibilidade hídrica fica comprometida é importante trabalharmos em sinergia com o Ministério Público, Agência Reguladora, Câmara Legislativa, etc., visto que temos nossas cotas de responsabilidade na manutenção do sistema de recursos hídricos. Reforço que o governo tem tido uma ocupação, sobretudo em relação à região do Descoberto,

inserido esta região como prioridade no comitê de governança territorial, que se reúne ao menos duas vezes por mês para discutir as prioridades de ação referente ao combate no processo de grilagem de terras e invasão no DF. Passou à palavra ao presidente da ADASA, Paulo Salles que trouxe esclarecimentos sobre a minuta de Resolução. Lembrou que a resolução tenta normatizar as ações que devem ser tomadas em relação aos reservatórios que abastecem 80% do DF. Estamos enfrentando secas graves com volumes de chuvas menores. A ADASA faz o monitoramento dos rios e reservatórios, bem como de pluviosidade e isso nos dá o diagnóstico da nossa realidade de RH no DF. A situação é preocupante e a ADASA entende que medidas devem ser tomadas, de forma estratégica, para evitar que a sociedade seja fortemente afetada pelo problema. Começamos trabalhando com o abastecimento humano, olhando os reservatórios para abastecimento urbano, que nos dará respostas rápidas. Também estamos trabalhando com as zonas rurais, uma vez que fomos surpreendidos pela situação climática na Bacia do Preto, cujos fluxos estão bastante afetados pelo fenômeno climático. O governo decretou situação de emergência para aquela região, contudo, esta medida não envolve o gerenciamento da escassez de água. Começamos trabalhando com a escassez urbana mas também fazendo um trabalho intenso na área do Rio Preto de alocação de água para os agricultores. Fizemos várias reuniões com o CBH Preto e com a Agência Nacional de Águas – ANA. Aproveitamos algumas experiências deles de captação de água do Nordeste e estamos caminhando para um entendimento de uso e aproveitamento da água para todos os usuários naquela região. Tivemos a primeira reunião de audiência pública no dia 06 de julho passado, para a apreciação da proposta de Resolução. Esta audiência pública foi anunciada para o público, por meio de jornais de circulação no DF e no próprio site da ADASA, onde está colocada a proposta da Audiência com documentos acessórios que incluem a minuta de resolução e Notas Técnicas. Enviamos mais de 600 e-mails para instituições diversas convocando para a audiência pública e mais de 60 Ofícios para instituições convidando para o evento. Concluímos que a divulgação foi ampla e tivemos uma participação da EMATER, ICMBIO e da CAESB, com contribuições valiosas. Só estas contribuições já justificam uma revisão e ajustes na proposta de resolução. Recebemos um documento do Ministério Público, como é do conhecimento dos senhores, e estamos aqui para apresentar os ajustes inseridos na primeira audiência e adequando a proposta de Resolução para a segunda audiência que será no dia 09 de agosto deste mês. As audiências é o momento ideal para recebermos contribuições. Todas as sugestões apresentadas são nessas audiências são analisadas e respondidas, e se pertinentes, serão inseridas no documento. Também podem ser fornecidas sugestões por e-mail, no site da ADASA e na Portaria da ADASA também podem ser apresentadas contribuições. O regulamento está disponível no site da ADASA. Também queremos esclarecer que não estamos esgotando os esforços a respeito da escassez hídrica. Estamos preparando outros documentos que irão complementar o estamos fazendo aqui, inclusive para outros reservatórios. Dependendo dos níveis dos reservatórios estamos preparando mais três Resoluções para complementar as ações para estes reservatórios. Uma questão que chama muita a atenção da população é a tarifa da água. Sabemos que existem mecanismos econômicos para controlar o uso da água, a exemplo do aumento de tarifa e dos bônus oferecidos a quem diminui o uso. A resolução que vai normatizar o controle está em estudo. Esta resolução aqui apresentada é necessária porque a população precisa ser informada e conhecer a situação de disponibilidade hídrica do DF e os estados que estão sendo colocados aqui: de atenção, de alerta e de restrição de uso da água. Estamos chegando a nível que precisa de atenção. Esta Resolução também é útil à ADASA para que possamos adotar as medidas necessárias aqui previstas. As Notas Técnicas mencionaram diversas ações que precisam ser adotadas e estamos trabalhando em nível de prioridades. As Resoluções são instrumentos flexíveis que nos permitem regulamentar de forma mais rápida por ser de âmbito interno da instituição. O que estamos apresentando não é um documento definitivo, está em construção e visa atender a situação urgente que se apresenta em virtude dos efeitos das

mudanças climáticas. Passo a palavra ao Conselheiro Rafael/ADASA que fará a apresentação dos termos da Resolução. O Conselheiro lembrou que o DF tem um período característico, o de estiagem, e este momento estamos trabalhando para contornar os efeitos desse ciclo. Em virtude disto a ADASA tem um plano de gestão, onde controlamos quanto de água chega mês a mês nas 41 Unidades Hidrográficas – UHs do DF. Essas medidas são tomadas no exutório e com esses dados controlamos os usos de água no DF por meio das outorgas. Também fazemos um controle das águas subterrâneas, com um mapeamento hidro geológico, em parceria com a UnB, que nos fornece dados de reserva que utilizamos para exportação por meio dos poços do DF. Estes mecanismos nos permitem autorizar as retiradas de águas superficiais, subterrâneas, lançamento de efluentes, caminhão pipa, lançamentos de águas pluviais, barragens, canais, desassoreamento. Já chegamos ao quantitativo de 25.000 outorgas no DF desde maio de 2005. Sabemos onde estão os pontos outorgados, qual a finalidade e a quantidade em cada ponto. A ADASA possui uma rede de estações que nos permite o monitoramento intensivo e com possibilidade de inovações constantes. Dentro dessa rede de monitoramento alguns pontos são mais relevantes. Nestes foram instalados equipamentos com tecnologia mais avançada, 17 telemétricas, que nos fornece o dado em tempo real. Em relação à quantidade de água no DF temos os dados de chuva, dados de variação de nível, vazão e, a partir disto montar a curva chave que nos dará condições de identificar quais são as previsões futuras em relação aos níveis dos rios do DF. Foram apresentadas as estações de medições do DF e os dados que chegam a cada quinze minutos destas estações. Explicou que a ADASA tem uma rede subterrânea que fornece o acompanhamento da variação de nível e qualidade das águas dos aquíferos, com 134 pontos e rede superficial com mais 60 pontos de monitoramento. Com relação ao monitoramento qualitativo, analisamos o DBO, temperaturas, coliformes, Escherichia coli, sólidos, pH, óleos e graxas, fósforo, turbidez, condutividade, DQO, O₂, e série nitrogenada. Esses parâmetros são investigados tanto na rede subterrânea quanto na rede superficial e mais alguns pontos que temos em virtude de solicitações de empresas que prestam serviços à ADASA, com parâmetros analisados a cada três meses. Todas essas informações estão disponíveis através de boletins informativos da ADASA. Apresentou o quadro de acompanhamento das chuvas nas estações telemétricas, referente aos meses de maio e junho de 2016, as vazões máxima, média e mínima dos rios monitorados por estas estações. A ADASA também faz um levantamento utilizando a metodologia IQA. O trabalho da fiscalização tem se intensificado bastante, indo além da rotina pré-estabelecida, em virtude de demandas externas (denúncias, outros órgãos), dos canais de captação de água superficial, mediação de conflitos, campanhas regionais, pontos de caminhão-pipa, pontos de controle e pontos de outorgas emitidas, etc. Nesse período intensificamos nossas ações junto aos usuários, no sentido de esclarecer sobre o melhor uso ao tempo em que colhemos as informações dos usuários para adequar ao melhor atendimento. Sabemos que essa é a melhor ferramenta que a fiscalização pode utilizar no DF, mostrando da realidade daquela bacia e possibilitando o debate com o usuário como forma de dinamizar o uso. Temos olhado com lupa na região do descoberto e intensificado ações em várias frentes, a exemplo da identificação dos usuários daquela região. O Conselheiro Rafael/ADASA informou que a ADASA vem praticando muitas campanhas de regularização, no intuito de identificar todos os usos que estão sendo praticados naquela região e, de alguma forma, regulamentar, definir critérios e procedimentos para essas captações. Todas essas regiões já passaram por uma visita da ADASA. Cerca de 800 novos usuários foram identificados nessas campanhas de cadastramento, mas ainda falta muito para conhecer todas as interferências no DF. Esse levantamento de canais no Descoberto é um trabalho feito em parceria com a EMATER, SEAGRI, CAESB e CBHs. Está sendo feito um estudo para, na medida do possível, revestir esses canais e torna-los mais eficientes. Foi feito um trabalho muito importante na Bacia do Pípiripau, onde se desenvolveu um projeto de revitalização no Canal Santos Dumont. Pretendemos trazer essa iniciativa para todos os outros canais, principalmente o Redeador,

que é o maior canal que temos no DF e percebemos, mediante trabalho de campo de medição de vazão, que há uma possibilidade muito grande de ampliar o tributário do Rodeador em termos de contribuição para o reservatório do Descoberto. Estamos trabalhando para alcançarmos essa eficiência. A ADASA vem desenvolvendo ações intensas na região do Descoberto e ampliou pontos de monitoramento na Bacia. Por meio de atos normativos: Resoluções, Demandas, Estudos, Notas Técnicas, Termo de Referência, Contratação, etc., a ADASA desenvolve trabalho para mitigar problemas na região. Estamos discutindo agora uma Resolução de disponibilidade hídrica de água subterrânea onde se pretende fazer estudos locais por regiões e vários outros instrumentos estão sendo revisados, a exemplo da Resolução nº 163/2006, do Plano BH/Paranoá, da IN 02/2006, da Resolução 350/2006, estudo recente sobre Recarga Artificial, Resolução de Escassez Hídrica, Resolução (publicada recentemente) focada no Descoberto, para outorgas mais cautelosa, para captações que estão sendo feitas em regiões mapeadas como áreas de situação irregular. Toda outorga emitida hoje em faixa já identificadas como faixas preocupantes já é uma outorga diferenciada. Temos a Resolução Outorga Parcelamento Irregular e Resolução 06/2015, que determina a variação das cotas do lago que é revista anualmente. Temos um trabalho que está sendo desenvolvido pela área de regulação, que vocês já conhecem que é o acompanhamento do PROGESTÃO. Ocorreu a primeira oficina. O dinheiro foi liberado e precisamos desenvolver as ações e propostas que a ANA nos apresentou. Como mostram os documentos do PGIRH/DF, a população cresce de forma intensa. Apostamos em programas como estes que estamos desenvolvendo, a exemplo do Projeto Descoberto coberto, o ADASA na escola, o Ribeirão Sobradinho, O Produtor de água no Pipiripau, etc. Temos as novas fontes de abastecimento. Sabemos que a população vai crescendo e precisamos trazer novos sistemas, dar uma atenção especial e ampliar a rede de fornecimento de água do Corumbá IV, trabalhar bem o lago Paranoá para que possa ser também uma fonte de abastecimento e colocar logo em carga o Sistema Bananal. Encerrou a fala. A seguir passou a palavra para A técnica Érica Yoshida/ADASA que apresentou a minuta de Resolução que estabelece os Volumes de Referência e Ações de Contenção em Situações Críticas de Escassez Hídrica nos Reservatórios do Descoberto e Santa Maria Visando Assegurar os Usos Prioritários dos Recursos Hídricos. Antes de proceder à apresentação ela ressaltou que a primeira minuta elaborada recebeu várias considerações. Essas considerações foram analisadas e resultou na Nota Técnica, nº 96, que se encontra no site da ADASA. O que vamos apresentar hoje é uma versão considerando todas as contribuições recebidas. A Resolução traz os conceitos de barragem; disponibilidade hídrica; estado de atenção; estado de alerta; estado de restrição de uso; outorga de direito de uso de recursos hídricos; reservatório; volume útil do reservatório e volume morto. Nessa apresentação focaremos no estado de atenção, de alerta e de restrição de uso, que são aqueles que demandam ações. Estados dos reservatórios: de atenção 60%; de alerta 30%, de restrição 20%. Foram estabelecidos nas simulações da ADASA, inclusive, com as considerações que a CAESB trouxe após a primeira sessão de audiência simples. O primeiro estado é o de atenção, caracterizado pelo volume dos reservatórios, quando será necessário comunicar aos usuários e consumidores sobre os eventuais riscos de redução dos níveis para volumes críticos de alerta e restrição. Com isso temos que intensificar a fiscalização nas áreas de influência dos reservatórios e unidades hidrográficas contribuintes. Intensificar as campanhas e demais ações educativas com o objetivo de sensibilizar os usuários para a necessidade de redução do consumo de água e promover a alocação de água entre usuários das unidades hidrográficas contribuintes. Ainda no estado de atenção, Art. 3º, inciso III, § 1º A empresa concessionária de serviço público de saneamento básico deverá operar os reservatórios objetivando o equilíbrio dos seus níveis. Art. 3º, inciso III, § 2º. A alocação de água entre os usuários das unidades hidrográficas será feita de forma prévia e participativa. O estado de alerta (quando o reservatório atingiu 30% de volume útil) é o estado de risco de escassez hídrica, em que o estado de armazenamento dos reservatórios indica a necessidade de adoção de medidas para a

redução do consumo de água. A ADASA vai ter que declarar situação crítica de escassez hídrica, ampliar ações de comunicação com a sociedade e promover a alocação de água entre usuários das unidades hidrográficas contribuintes, com possibilidade de restrição de uso e redução da vazão outorgada. O Art. 4º, inciso III, §1º trás que em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. O § 2º, do mesmo artigo e inciso, trás que a declaração de situação crítica de escassez hídrica será estabelecida por ato específico da ADASA. O Art. 4º, inciso III, §3º diz que durante a situação crítica de escassez hídrica, a ADASA poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, conforme o disposto no art. 46, da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico; O §4º, do mesmo artigo e inciso trás que caso seja necessário o estabelecimento da tarifa de contingência citada no parágrafo anterior, esta será determinada em Resolução específica. O terceiro estado é o Estado de Restrição (volume de reservatório indica a medida de consumo de água, o reservatório já está apresentando consumo de 20% de seu volume útil). Estado de escassez hídrica em que o volume dos reservatórios indica medidas de redução do consumo de água. A ADASA vai declarar regime de racionamento preventivo, por meio de resolução específica. Art. 6º. Os termos desta Resolução poderão ser revistos pela ADASA, conforme estudos que venham a ser realizados e indiquem a necessidade de ajuste nos parâmetros estabelecidos. Isso é um trabalho constante. Essa resolução será aprimorada a cada ano. Deve-se formar um grupo de acompanhamento. As contribuições deverão ser enviadas formalmente e oralmente no dia da audiência. A técnica Camila/ADASA explicou como foram feitos os estudos para chegar aos níveis propostos para a resolução (60%, 30% e 20%). Começou pelo reservatório do descoberto. Utilizamos os dados que foram fornecidos pela CAESB. Apesar da ADASA já ter o monitoramento, tanto na barragem como nos afluentes, a série histórica da CAESB é bem mais antiga, então usamos todos os esses dados e a batimetria mais recente que foi feita também pela CAESB. O primeiro passo foi correlacionar o volume com as quotas e depois determinar para cada percentual do volume útil qual a quota do reservatório que vamos precisar para gerar os estados de atenção, alerta e risco. Apresentou os seis afluentes do Descoberto, o monitoramento desses afluentes já é de rotina, mas desde junho está intensificado, com periodicidade a cada 15 dias. Estamos fazendo as dimensões de vazões em todos os afluentes e na barragem que é o monitoramento por telemetria, que nos dá, a cada 15 minutos, os dados de nível e de chuva. Além dos dados dos afluentes temos a afluência total do reservatório, mas a área não monitorada que são aqueles pequenos contribuintes de toda água que desce sem ser pelos rios, isso também foi considerado no cálculo do aporte. Também consideramos os dados de evaporação, pluviosidade e captação da CAESB. Consideramos dois cenários: Cenário 1 - considerando a vazão de entrada como a menor vazão média mensal registrada na história, desde 1982, sendo ela 0,01 hm³/dia; Cenário 2 - considerando a vazão de entrada como a Q 95 dos afluentes. Como hoje a gente já se encontra no pior cenário da história, então consideramos aqui o cenário 1. Para 60% do volume útil do reservatório, temos 110 dias de abastecimento. Para 30% temos 55 dias de abastecimento e para 20% temos 37 dias de abastecimento. Foi com base nisso que estabelecemos tais percentuais. Chegou-se a esses números em função do número de dias para fazer alguma coisa. A seguir mostrou a situação do nível de volume do lago do descoberto em 31/07/2016, estava na cota 1027,61m que representa 60,5% do volume útil, ou seja, estamos prestes a entrar no estado de atenção. O Santa Maria foi feito o mesmo procedimento. No Santa Maria são três afluentes principais e estão sendo monitorados a cada trinta dias. Todos os outros dados foram fornecidos pela CAESB (evaporação, pluviosidade e captação) e se chegou a esse cenário: 60% de volume útil temos 249 dias de abastecimento. Para 30%, 124 dias e 20%, 83 dias. A priori pensamos em tratar os dois reservatórios separadamente por eles terem características bastante diferentes, o descoberto é de ciclo anual, mais rápido sua recuperação, enquanto que o Santa Maria é mais demorado, mas para essa resolução decidimos trabalhar

com os mesmos percentuais porque apesar deles serem diferentes a gente acaba sendo mais conservador com o Santa Maria porque 60% lá no descoberto dava 110 dias de abastecimento no Santa Maria temos 249 dias e consideramos aqui o cenário 1 também, porque já estamos no pior cenário da história. Em 31/07/2016, a situação no Santa Maria chegou à cota de 1068,63m com 60,5% útil idêntico ao do descoberto. Concluiu. O presidente da reunião agradeceu a apresentação da ADASA e considerou valioso o que está sendo feito e considera que a grande virtude de um debate como este, além de colher contribuições efetivas e qualificadas para aprimoramento da resolução é, sobretudo, de processar a legitimação das ações. Existe a legitimidade formal e a legitimidade real que é o debate com a participação social, a melhor compreensão das motivações, etc., e isso tudo resulta numa implementação mais efetiva e um acompanhamento mais real da sociedade em torno dessas resoluções. A questão da transparência é uma primícia fundamental. O presidente passou a palavra à promotora pública Marta Eliana para fazer considerações. A Dra. Marta Eliana/MPDFT esclareceu que as contribuições que o MP encaminhou diziam respeito, também, à necessidade de uma maior participação, visto tratar-se de assunto de relevante interesse de toda a sociedade. Gostaríamos de ver a sociedade engajada nesse propósito o quanto antes. Parece que as coisas ainda não estão fluindo dessa forma. Não estamos apontando culpados. Nossos mecanismos de dar ciência, de divulgar, nem sempre atinge seus objetivos, por serem muito formais. No nosso entendimento, uma pactuação com a sociedade é fundamental para que essas medidas funcionem, porque pelo estado de alerta, que medidas vamos tomar? A população precisa está engajada para que elas realmente funcionem. A outra questão dizia respeito a essa reunião, onde tanto o Conselho, como os comitês precisariam, necessariamente, serem ouvidos na construção dessa norma. Outra preocupação diz respeito ao direito comparado e algumas questões técnicas que foi observado na promotoria, em relação, por exemplo, da legislação de Minas Gerais, que não adota como único parâmetro para decretar esses estados, os níveis dos reservatórios, mas um método conjunto, principalmente entre vazão e nível. Essa modulação parece fundamental e parece que, tecnicamente, essa resolução que está sendo proposta, apresenta falha nesse sentido de adotar como único critério o nível. Foi dito por exemplo, que se piorar vamos fazer novas avaliações, novas resoluções. Como em direito ambiental o que prevalece é a prevenção, é a precaução, o Ministério Público acredita que já devemos pensar agora, embora não seja possível fazer de imediato, visto que esse critério leva em consideração as chuvas, a vazão e o volume, ou nível. Ele já deve está sendo modulado para que no futuro a gente possa levar em consideração nesses estados, porque a vazão pode indicar já um possível estado que já vá começar em breve e que já devam ser adotadas medidas com relação à população. Nossa preocupação é que a população de Brasília não tem a cultura de poupar água. É preciso trabalhar seriamente nisso, pois se pegarmos, por exemplo, consumo do lago sul, está entre os maiores do mundo. É preciso rever isso o quanto antes. Fica até uma sugestão de nas resoluções específicas tratar essa questão do lago sul até de uma forma diferenciada. Se formos olhar o consumo de lá é uma coisa absurda. Basicamente é isto eu creio que, de maneira geral, tudo que a ADASA está fazendo é bastante positivo a gente não pode ser pego de surpresa, compreendo também que é necessário que medidas sejam tomadas mais de imediato, de repente uma nova perspectiva de abrir para novos estudos. Isso fica como sugestão, elas estão numa recomendação que foi encaminhada à ADASA. Agradeço ao Secretário André pelo convite. É importante construirmos juntos porque são pontos de vistas um pouco diferentes, mas que se somam, eles não se eliminam. Finalizada a apresentação o presidente oportunizou o debate pela plenária. O Conselheiro Jorge Enoch/EMBRAPA ressaltou que a proposta de Resolução não deixa clara a questão do tempo (a porcentagem em relação à temporalidade varia em virtude do período de chuvas). Na Resolução a participação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGREH não está clara. Na criação do Grupo de Trabalho - GT para acompanhamento da resolução é preciso esclarecer qual a

participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs, de forma que traga a sociedade para o processo de tomada de decisão. A Conselheira Raquel Brostel/CAESB assegurou que a Resolução é de extrema importância para garantir os usos prioritários na situação de escassez hídrica e, sobretudo, transparência para a sociedade, ao tempo em que se conscientiza a sociedade e a trás para o comprometimento de uso responsável dos recursos hídricos, visto que, na medida em que ela toma conhecimento da escassez, também se conscientiza do consumo responsável. O fato é relevante, especialmente este ano, em função do cenário de estiagem severa no qual estamos imersos. Entre as sugestões encaminhadas pela CAESB, estão os estágios de referências com as sugestões de adequações para cada etapa, o que foi aceito. Os prazos de referência também foram sugeridos pela CAESB, mas não foram aceitos. A sugestão foi de que 60% ocorressem até 31/07 e 30% até 30/09. Essas datas seriam relacionadas àqueles dias de abastecimento que são mais ou menos semelhantes ao que calculamos. Um bom encaminhamento dado aqui é a criação do GT de acompanhamento, onde essa pauta pode ser aprimorada para se chegar à data de referência. Outra questão importante é o papel da ADASA hoje. Independente de grupo de acompanhamento, ela é agência reguladora de recursos hídricos e de saneamento, então ela conhece os sistemas, conhece as propostas da CAESB, o nosso sistema atual e futuro, contudo, em função do papel de cada ator é melhor discutir isto com eles desenvolvendo um nível de diálogo. Dentro dessa discussão e do que a Dra. Marta Eliana/MPDFT colocou essa questão das vazões, dos tributários, independente da resolução, isto já está sendo discutido com a ADASA. A CAESB tem monitoramento mensal e os equipamentos dos principais tributários nas estações pluviométricas têm leituras diárias e vamos passar a ter acompanhamento semanal em função da longa estiagem desse ano. Com os dados que temos já é possível darmos uma resposta a isto, independente da Resolução. Se precisarmos ter números estabelecidos na Resolução, temos que fazê-lo de forma cuidadosa, visto que temos um território pequeno, conhecemos as informações e podemos discutir isso com os atores. Colocar os números específicos na Resolução pode restringir ainda mais o processo. Com relação aos novos sistemas para a captação gostaria de lembrar que a captação do Bananal está com a licitação pronta. Estamos esperando o aval do órgão financiador, o Banco do Brasil. O período de execução é de um ano e meio. O Corumbá está em execução de obras, já a ETA, temos que fazer tanto a complementação da adutora de água bruta quanto à execução de água tratada. São obras de grande porte que se estenderão por quase dois anos. O Paranoá está com a licitação pronta e estamos aguardando liberação dos recursos do governo federal e a obra deve durar três anos no mínimo. A partir desse momento até 2018 vamos ter certa folga dos sistemas, eles vão acrescentar, nessa primeira etapa, Paranoá e Corumbá, cerca de 2.000 l/s e depois, o Paranoá mais 2.100 l/s. Isso em primeira etapa, pois na etapa subsequente, até 2040, isso vai para 6.200 l/s a mais do que temos hoje. A CAESB faz o monitoramento das Bacias Hidrográficas. Para fazer frente às ações de uso e ocupação do solo, irregulares, fazemos campanhas anuais de consumo de água. Desde o ano passado foram feitas tratativas com o SEAGRI porque temos identificado que os canais de irrigação são extremamente importantes para conseguirmos otimizar o uso da água na agricultura. A CAESB está disposta a participar com o fornecimento de tubulação junto a SEAGRI para implantar os canais de irrigação. O Conselheiro Paulo Salles/ADASA informou que, em relação às datas fizemos uma mudança nesta versão da Resolução onde dizemos que esses espaços poderão ser interpretados para evitar um problema desse tipo. Nas discussões que tivemos na ADASA, julgamos que isso seria mais adequado que fixar datas. Na questão levantada pelo Jorge Enoch, a incerteza realmente existe. Quando chegar novembro se a agência ainda tiver 60% ainda não teremos a certeza de que a chuva virá. O princípio da precaução tem que nos acompanhar sempre. Nós fazemos simulações e acompanhamentos diários e os dados estão circulando. Essa discussão sobre a participação do sistema e da sociedade ela tem que ser feita de forma mais ampla. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF lembrou que é oportuna a discussão desse tema no

Conselho e a posição da ABES/DF, em primeiro, é de declaração de interesse de aprofundamento na participação social. O processo que a ADASA iniciou é da maior importância. O nosso posicionamento é que a proposta de Resolução está razoável para o primeiro ano. Podemos otimizá-la para os anos seguintes. Vamos aproveitar a oportunidade que temos para essa segunda rodada de consulta e audiência pública e vamos trabalhar para que possamos melhorar os termos da Resolução. Nós nos associamos às ponderações que o Jorge fez relacionado à questão da associação entre níveis dos reservatórios e temporalidade dos ciclos de chuvas, bem como a questão levantada: se realmente as vazões já estão decepcionando. Quanto aos reservatórios, salientou que mais do que uma oferta de água é a flexibilidade operacional no sentido de um manancial suprir o outro. Essa questão é fundamental para que se tenha uma maior resiliência e maior segurança no abastecimento do DF. E por fim cumprimentou a CAESB pela percepção da importância de apoiar as ações de conservação da água e do uso racional desta na área verde. Precisamos acirrar as discussões sobre perdas de água no abastecimento público, e com a mesma importância o uso para consumo agrícola. Temos que olhar cuidadosamente todas as oportunidades adicionais que temos para o uso mais racional da água. A Conselheira Tereza/SEMA lembrou que em se tratando de consumo de água devemos pensar o uso sustentável não só pelas questões climáticas, das baixas vazões dos rios, etc., mas trabalharmos estratégias para conter o uso excessivo, identificado nas regiões e setores do DF, aquelas de maior consumo, a exemplo do Lago Sul, que há muito apresenta consumo crescente muito acima da média para o DF. Esse fator deve ser trabalhado com política que apresente bônus para quem reduz o consumo e ônus para os consumidores que excedem, colocando também limites para consumo. O Conselheiro Delson/CBH – MA lembrou de que estamos falando aqui, do reservatório que abastece a maioria da população do DF, mas é preciso nos preocuparmos também com os reservatórios que abastecem a parcela menor da população. Lembrou que na FERCAL 3.000 habitantes usam água de poços subterrâneos e outros de poços locais. Quando discutimos a escassez de água não podemos esquecer essas pequenas localidades e as pessoas que estão fora desse sistema maior. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF ressaltou que estamos elaborando o Plano de Saneamento Básico do DF, onde estão planejadas onze pré-audiências públicas para fazer o diagnóstico e identificar as carências das atuais estruturas que exigem intervenção, bem como, os locais de maior eficácia. A situação atual da FERCAL já vem de longas datas. Sabemos que é na mitigação das prioridades mais imediatas que será equacionado o abastecimento da FERCAL. A técnica da ADASA, Camila esclareceu que sobre a questão do tempo de intervenção vinculado ao percentual dos reservatórios tínhamos acatado a sugestão da CAESB, de amarrar os níveis com as datas. Era 60% até 31 de julho e 30% até 30 de setembro, conforme já colocado pela Conselheira Raquel Brostel. Estudando melhor o assunto percebemos alguns inconvenientes e resolvemos desvincular. Imaginemos que cheguemos aos 60% no dia 1 de agosto, nesse caso não posso decretar mais porque estou amarrado a 31 de julho, então teremos que esperar chegar nos 30% pra declarar alguma coisa, e podemos chegar nos 30% e a mesma coisa ocorrer, de não coincidir o nível com o prazo. Se o Santa Maria chegar ao final desse ano muito mal, no ano que vem ele não vai recuperar e eu não vou poder fazer nada, mesmo sabendo que ele está mal e não vai recuperar. Nós e a CAESB temos muitos dados com os quais podemos fazer análises mais profundas. Não devemos ter uma Resolução com tantas condicionantes. Estas ficam no nosso encargo para que analisemos e tomemos a decisão mais conveniente para a situação, este é o papel do grupo de acompanhamento que vai monitorar estas questões. A Conselheira Ana Palmira/CH Paranoá observou que na Resolução não consta o papel dos Comitês e da sociedade, é preciso constar. Em relação aos pequenos córregos e nascentes das áreas não monitoradas, como isto vai funcionar? É importante colocar os prazos de revisão da Resolução. Haverá restrição de outorga? É preciso inserir um estágio de prevenção e as alternativas de reuso de aproveitamento de águas pluviais para complementar todos estes alertas. A Conselheira

Regina Fittipaldi/Fórum de ONGs reforçou que a participação popular é muito importante nas reuniões deste Conselho. Essas pessoas estão na ponta do sistema, na beira dos córregos, nas margens de rios, etc. O ZEE produziu mapas que mostram que a situação hídrica de alguns pontos do DF é bem dramática, a exemplo do Mestre D'armas. Temos rios mortos e se pensarmos em um sistema maior de abastecimento a qualidade da água passa a ser um vetor de comprometimento e demanda compromissos das políticas públicas. Nesse sentido, na questão da prevenção temos que considerar o papel das escolas. O Projeto Cultivando Água Boa nos orienta que o foco tem que ser nas microbacias, avaliando e monitorando os riscos de qualidade e quantidade. Não podemos esquecer o compromisso da cidadania em relação à gestão de RHs, isto perpassa o olhar utilitário da água nos lembrando de que é um bem essencial à vida. Não vejo o GT de acompanhamento de RHs constar no texto da resolução, isto é importante porque o GT deixa de constar na vontade dos gestores e passa a agregar o aparato legal. O cenário é preocupante. Finalizou. O convidado Robson/ ICMBIO lembrou a necessidade de uma revisão periódica da legislação. O canal do Rodeador tá levando toda a água do rio e a ADASA precisa ver isto. A técnica Camila/ADASA esclareceu que a ADASA considera importante as áreas de pequenas contribuições, porque na hora que soma tudo dá uma grande contribuição. Sobre a avaliação das micro bacias foi feita a avaliação de qualidade e quantidade por BH e no Descoberto também. Sobre o Rodeador, sabemos que ele é o principal problema da Bacia e é nossa prioridade, estamos trabalhando nela. O presidente do Conselho, André Lima/SEMA questionou se na situação de atenção não deve ter uma declaração da situação de atenção. Porque se estamos tratando aqui do estado de atenção, o compromisso não é só do governo mas da sociedade em geral. Do ponto de vista didático, para que a sociedade tenha, preventivamente, uma compreensão maior do que seja o impacto de se chegar ao estado de alerta ou no estado crítico de restrição, é imprescindível que haja uma boa definição na resolução do que significa este racionamento preventivo. É preciso dar uma atenção especial a este conceito na Resolução. Outro ponto que precisa especial atenção didática é o uso da expressão “poderão” e “deverão”. É preciso encontrar uma forma de equilibrar o uso destas expressões. Por exemplo, onde está colocado “será declarada mas poderão ser adotadas medidas...” Do estado de alerta para o estado de restrição no Descoberto são só 17 dias. As medidas que somos capazes de adotar, nos permitem, em 17 dias, evitar que saíamos do estado de alerta para o estado de restrição? Porque nós estamos no 30% para 20%. Será que não é o caso de puxar esses 30 pra 40? Precisamos de tempo para que as medidas alcancem o resultado pretendido. Concordo com a importância de termos um grupo permanente, porque a sociedade estará monitorando. Por fim, propôs adiar a reunião plenária do CONAM do dia 09/08 para que os conselheiros do CONAM possam participar da audiência pública sobre esta Resolução. Dirceu Júnior/UnB lembrou que este Conselho tem discutido aqui o monitoramento dos recursos hídricos do DF, com um trabalho desenvolvido por um GT. Se estamos pensando numa Resolução de monitoramento, não entendo o porquê desta resolução, visto que faz parte de um mesmo pacote. Quanto maior o número de Leis conectadas é mais difícil gerir o sistema. Acho que estamos criando leis em cima de leis. Porque não temos um sistema integrado, que uma vez discutido neste Conselho, terá a previsão de uma equipe de acompanhamento técnico do sistema de monitoramento que irá avaliar, necessariamente, não só a necessidade de água, mas a vazão, a cota, e todos os elementos envolvidos nesse sistema? Essa mesma equipe pode gerir os alertas. Entendo que uma resolução como esta torna o sistema mais rígido e mais difícil de ser gerido, especialmente, por essas várias deficiências aqui apontadas, como é o caso da observação da vazão, com a qual estou de pleno acordo. Um sistema só baseado em cotas, sem o valor de vazão, apresenta uma falha absurda, porque o que alimenta estes reservatórios são os rios, os riachos, o lençol freático. Se não tivermos nesse modelo essas variáveis embutidas ele vai gerar falhas. Porque eu posso estar com uma cota, mas em seguida a vazão pode aumentar e não ter necessidade. Se nós tivermos dados técnicos, nem o “poderão nem o deverão” será

problema, porque temos métricas, valores para nos orientar. Sei que os valores e as métricas fornecidas pela CAESB e ADASA é de primeira categoria e os modelos geridos são altamente técnicos e complexos, mas não acho que a população deva receber informações pela metade. Pensar que temos que simplificar para a população porque achamos que ela não vai entender é um erro. Estamos admitindo que a população “não tem capacidade de compreensão”. Não! Temos vários níveis dentro da população, mas não podemos restringir informações a partir de pressupostos. Temos que dar informações corretas, a partir de dados técnicos, de métricas técnicas, corretas. Para isto existem grupos de acompanhamento, Os comitês de bacias tem a função de traduzir para a sociedade a sua importância. Fiquei satisfeito com a colocação da colega Regina no que se refere à qualidade: mais uma vez estamos usando uma visão antrópica para resolver os nossos problemas imediatista, mas o problema é muito mais complexo do que colocamos aqui, simplesmente trabalhando com cotas de reservatório. Por exemplo: porque está faltando água? É só por causa das chuvas? Não! E todos aqui sabemos que não. É porque não estamos cuidando adequadamente da origem das águas. Não estamos cuidando das nossas nascentes, das margens dos rios, que estão desprotegidas. Isso aumenta a taxa de evaporação, de escoamento superficial, e a destruição das margens dos rios. É por isso que não temos água e está diminuindo o nível dos nossos reservatórios e a nossa capacidade de estocagem. E nós estamos preocupados só com as cotas? É isso que este conselho e a sociedade queremos? Acredito que não. Então coloco aqui a minha inquietação, em pensar que esta Resolução vai resolver o problema. Estamos maquiando o problema. O presidente André Lima/SEMA lembrou que o início dessa reunião foi marcado pela premissa de que não resolveríamos todos os problemas de recursos hídricos do DF com esta Resolução. Defendo que o que está sendo colocado aqui é necessário, ou seja, a criação desta Resolução para nos orientar nas questões de escassez hídrica. A convidada Tereza Cristina/AGE/Sítio Alegria manifestou que é produtora rural e parabeniza este conselho pelo cuidado com que discute esta questão da água. Sinto-me a vontade para dizer que garantir vazão não é só com monitoramento mas principalmente com cuidados. É preciso ser eficiente com a irrigação e melhorar os canais de distribuição, não só para o meio rural, mas também para o urbano. É preciso cuidar dos dois lados. José Furquim/CRDRS pediu que o DF faça a regularização fundiária das áreas do DF ainda irregulares, como forma de evitar a grilagem hoje em ascensão no DF, já avançando para as áreas de mananciais. O convidado Jorge Arthur/PRODESCOBERTO sugeriu a criação de um grupo para atender as necessidades reais dos produtores. Por exemplo, as concessionárias precisam atestar a criação de novas áreas urbanas e rurais. O parcelamento irregular, precisa ser solucionado. O presidente da reunião informou que o grupo Descoberto.gov tem o entendimento que é necessário pegar o Plano de Manejo da APA e ver onde o governo tem obrigação de fazer e trabalhar para que isto aconteça. O grupo já está se encarregando disto. Outro ponto importante é tratado no grupo de governança territorial, que trata da ocupação ilegítima. Estes fatores têm várias implicações com a questão da água. Em relação aos incêndios também estamos trabalhando para melhorar. A Conselheira Lucijane/ABES/DF manifestou que tem muita preocupação com o consumo de água no Lago Sul. Nesta Resolução o único tratamento aplicado aqui é a tarifa. Tarifa nunca foi problema para o Lago Sul. Eles precisam conhecer a crise hídrica, que eles não conhecem. Tarifa não é suficiente, é preciso adotar medidas que irão além da tarifa para evitar o consumo exagerado para esta região. Não podemos ficar preso ao argumento de uso prioritário e não limitarmos o uso. Essa resolução é regulação do outorgado, que não chega ao usuário. Quem vai regular o usuário? E o uso do Lago? A Conselheira Raquel Brostel/CAESB lembrou que a Resolução é necessária porque identifica a situação de escassez. A tarifa de contingência é definida na Lei de saneamento e precisa ser regulamentada. Aqui ela está sendo citada, mas é preciso ser definida a situação de equilíbrio financeiro e controle da demanda. A CAESB está com o programa BID para investir em perdas do sistema, que já se aproxima de 35% no DF. Os pequenos mananciais estão sofrendo mais e estamos pensando em medidas operacionais

para intervir no processo. Todas as nossas tarifas são calculadas pela agência reguladora e as ações de proteção dos mananciais não são reconhecidas pela ADASA como investimento. O Conselheiro Jorge Enoch lembrou que a oportunidade é importante porque nos direciona para pensarmos de que forma o sistema vai funcionar nesses casos e em outros. Precisamos definir o que tem que passar pelo Comitê de Bacias e o que vem pelo CRH. Que tipo e tamanho de decisão, no licenciamento, na outorga, etc., que até então é muito confuso o nível de competência das instâncias. O convidado Robson/ICMBIO lembrou que a Bacia do descoberto é importantíssima para o abastecimento de água do DF. Naquela região temos uma área federal, cujo mapa foi criado em 73, quando o DF não tinha autonomia política e órgãos estruturados. Hoje a situação é diferente, existe no DF a SEMA, o sistema de RHs, etc. A população espera que a questão da água seja tratada com estratégias para o longo prazo. Precisamos fazer uma reunião para afinar a proposta de intervenção na APA do Descoberto, porque não adianta o jogo de empurra. Gostaria de saber se o ICMBIO está representado neste Conselho. Se não estiver, talvez seja importante pensar a sua inserção nesse órgão. O presidente da reunião solicitou à assessoria de colegiados que, até que a questão da entrada oficial do ICMBIO seja estudada, o órgão seja convidado para todas as reuniões do CRH. Peço ao Paulo que façamos uma reunião específica, não precisa ser do Plenário, para definirmos como agir de maneira coordenada, para definirmos, respeitando e fortalecendo as competências, sobre o que foi colocado pelo Jorge Enoch. Sabemos que existe um sombreamento nas competências entre o CBH, CRH, ADASA, Licenciamento e outorga, CAESB, etc. Como podemos sincronizar isto de forma respeitosa e efetiva? O Conselheiro Paulo Salles lembrou que a sustentabilidade é um compromisso que assumimos para gerações. Quando pensamos nisso já percebemos que não é possível construirmos a sustentabilidade em um horizonte curto. Nesse momento não temos um projeto que contemple todos esses elementos. Precisamos trabalhar com a visão sistêmica. Quando olhamos por este viés, percebemos que cada um tem um papel importante, ai sim, é hora de checarmos se estes papéis estão sendo desempenhados com eficiência e eficácia. Foi citada aqui a questão da grilagem e esta tem uma face perversa, mas que é parte da história do DF. Estamos vivendo um momento especial no DF, com funcionamento dos Conselhos, e cada instituição está trabalhando dentro de suas possibilidades. Sabemos que não estamos no modelo ideal, mas melhorando cada vez mais. Esta Resolução é essencial porque já estamos no estado de atenção. Ela é limitada aos aspectos urbanos. Sabemos que temos outros aspectos, como as vazões, que já estamos considerando em outros estudos e instrumentos, dada sua importância. A CAESB não apresentou nas propostas de metodologia essa inclusão. Esse ano nós fizemos uma revisão na metodologia mas não nos investimentos, etc. O foco tem sido sempre outro. É um ponto que podemos pautar, embora não seja exclusivamente função da CAESB fazer isto. É importante que olhemos o que dizem as legislações, das águas, do meio ambiente, etc., para que possamos fazer a integração necessária e melhorarmos o que precisa ser melhorado. Nós estamos preocupados em como colocar em prática estas questões que a Resolução não abordou, mas vamos fazer isto juntos, e de forma transparente. Uma das medidas aqui proposta foi uma revisão na forma de oferecer outorga para que ela seja mais eficiente considerando o contexto atual. Vamos fazer esta discussão de forma rotineira, como forma de trazer para a sociedade uma gestão o mais transparente possível. Agradeceu a equipe técnica da ADASA pelo empenho e dedicação. O presidente lembrou que esta reunião tinha a finalidade de abrir o debate sobre o tema abordado na Resolução proposta. Vamos reunir o conjunto de contribuições aqui apresentadas para levarmos no dia 09/08 para a audiência pública. Agradeceu à Dra. Marta Eliana do MPDFT que oportunizaram este debate. Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.